

Não é possível entender a “revolução dos cravos”,  
o 25 de abril de 1974, sem considerar o prazo longo.



25 de Abril –  
45 anos depois...

QUANDO LEMOS FERNÃO LOPES a descrever os acontecimentos de Lisboa de 1383, percebemos que há, na distância do tempo, elementos comuns de determinação e rebeldia, que nos levam a pensar noutros momentos cruciais de mudança política. Nessa circunstância, foi lançada uma nova legitimação do poder, que culminaria nas Cortes de Coimbra (1385), pela verificação de que o trono estava vago, e pela aclamação pelos Estados do reino de D. João I como novo monarca. Como disse Jaime Cortesão: «a Nação só atingiu a maioria política e a plena expressão nacional com a revolução democrática do século XIV, conforme lhe chamou Oliveira Martins, e o triunfo e incorporação das classes populares na vida política». Até então, havia regiões, classes e cidades, com interesses divergentes, só depois o movimento dos concelhos vai fazer nascer o conceito de Nação. Como defendeu Alexandre Herculano, foi da aliança entre os municípios e o poder real que resultou a força e a consolidação de Portugal. O Estado precedeu a Nação. As cidades que ganharam importância política desde D. Afonso Henriques e D. Dinis contribuíram para eleger o Mestre de Avis e assegurar a independência nacional. A leitura da obra fundamental «Os Fatores Democráticos na Formação de Portugal» de Cortesão permite-nos compreender os fundamentos do Estado instituído no ocidente peninsular. Um forte sentido de autonomia, a articulação da diversidade cultural, a ocupação do território por uma população permanente e perdurável, a tendência atlântica, a elaboração dos primeiros elementos nacionais da língua à urbanização dos grandes centros moçárabes e a criação

gradual de uma consciência nacional – tudo isso determinou a persistência de uma Nação que, sendo originalmente europeia, se projetou universalmente no mundo como matriz de uma cultura de «humanismo universalista», língua de várias culturas, cultura de várias línguas.

Pensar no 25 de abril é, assim, referir um acontecimento que se insere numa longa continuidade histórica, que Francisco de Sousa Tavares compreendeu muito bem no Largo do Carmo, em cima de uma guarita, como o primeiro civil a falar, invocando o paralelismo como o Primeiro de Dezembro de 1640. Ao fazê-lo, afirmou que era um sinal inequívoco de independência histórica que ali estava a ser dado. De facto, 1974 situou-se num encadear de acontecimentos que vem da independência do Estado no século XII. Daí se parte para o misterioso desenlace da crise de 1383-85, continuando na afirmação dos tempos de coruja e de falcão do Príncipe Perfeito, na chegada à Índia com D. Manuel e no movimento pendular que envolve o desastre de Alcácer-Quibir e o renascimento da Restauração da independência – e desde o século XVIII: a glória do ouro, a maldição do terramoto, a reconstrução e a reforma de Pombal, a guerra peninsular de libertação nacional; bem como a difícil afirmação do liberalismo constitucional – 1820, guerra civil, vitória liberal, revolução de setembro de 1836, nova guerra civil, estabilidade da regeneração, ultimatum, bancarrota, primeira República, Estado Novo. Eduardo Lourenço começa, sintomaticamente, em «O Labirinto da Saudade», a citar o seu mestre Joaquim de Carvalho numa afirmação essencial para compreendermos quem somos e

para onde vamos: «as nações, com a responsabilidade histórica da gente portuguesa, não podem imobilizar-se estaticamente, nem devem iludir-se infantilmente; têm de desentranhar sucessivamente da massa das suas tradições e aspirações um ideal coerente com a conjuntura histórica, que exprima e defina o seu estar em concordância com o seu ser permanente». A pertinência da consideração não oferece dúvidas. Daí que falar de 25 de abril de 1974 seja superar a comemoração de quatro décadas e meia, para atingirmos o cerne da afirmação da liberdade, da democracia e da emancipação cívica.

Eduardo Lourenço pede-nos no ensaio publicado em «Raiz e Utopia», que venhamos para dentro de casa, que percebamos que importa conjugar o interesse nacional e o interesse social e que cultivemos «a nova viagem para esse outro desconhecido que somos nós mesmos e Portugal connosco». Profeticamente, o europeísmo do nosso ensaísta liga-se à melhor compreensão de Portugal – europeizar Portugal sem deixarmos de ser nós mesmos, cultivando a liberdade, a história e a ciência. E assim voltamos a Garrett na sua reflexão sobre Portugal na Balança da Europa ou a Antero nas Conferências do Casino. Eis por que razão, nesta celebração, não se trata de regressar historicamente ao tempo pretérito, mas de afirmar a democracia e a liberdade como realidades incompletas e atuais. João Fatela tinha razão em 1979 quando afirmava que «se a democracia não se constrói sem compromisso, só o exercício coletivo da liberdade o torna possível», do mesmo modo que Agustina Bessa-Luís na «Crónica do Cruzado Osb» dizia que a nossa

revolução não foi algo tivesse a ver com a vitória de uma classe sobre outra ou com um ajuste de curto prazo, mas de alguma coisa mais profunda, talvez o fim de um medo milenar ou do desprezo de si-próprio.

Ao ver o cartaz que resultou do encontro entre Sophia de Mello Breyner e Maria Helena Vieira da Silva - «a poesia está na rua», nota-se a generosidade de quem veio para a rua em nome da liberdade, e de quem regista os acontecimentos inéditos, inesperados e imprevisíveis. Salgueiro Maia, com olhar genuíno e puro, enche o teatro do momento mágico. É o «instante feito história», na expressão de José Carlos de Vasconcelos. E há uma sobreposição de acontecimentos, uma vez que, sem se repetir, a história vai-se sempre reconstruindo. Lídia Jorge em «Os Memoráveis» fala dos «eus» que taparam os cinco mil que puseram em andamento aquela relojoaria que permitiria restaurar a democracia e cumprir as promessas do Movimento das Forças Armadas. Sendo a história uma realidade viva e a democracia uma flor muito frágil, sinal permanente de imperfeição, do que se trata é de atualizar a herança da liberdade, como esperança e futuro, que é o que sentimos na herança perdurável do fio que une os diversos gestos emancipadores ao longo dos tempos, sempre sujeitos ao movimento pendular. Mais do que discursos que o vento leva, importa cuidar do exemplo e da palavra, o que obriga a preferir a perenidade do espírito de resistência – desde Fernão Lopes até aos nossos dias.

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

<https://www.cnc.pt/artigo/6118> (25-04-2019)

## Ensaio

# o Cardeal da Mudança na Revolução de Abril



D. António Ribeiro é recebido pelo cardeal Gonçalves Cerejeira no aeroporto de Lisboa, vindo de Roma onde fora feito cardeal (Março 1973). Foto: Direitos Reservados

«Onde é que você estava no 25 de Abril?» A pergunta de Baptista Bastos poderia ser feita, 45 anos depois, ao então patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro.

Sem querer esgotar a interpretação e a problemática em observação, ao celebrar a efeméride do 45º aniversário da Revolução dos Cravos propomo-nos revisitare aqueles meses de 1974 pela mão de António Ribeiro, tentando delinear o seu pensamento com base nas comunicações que profere como bispo de Lisboa. [1]

Em Novembro de 1971, D. António Ribeiro, com 42 anos, sucede ao cardeal Cerejeira na liderança do Patriarcado de Lisboa. [2] Tido como um bispo «jovem e liberal», e provocando diferentes expectativas no ambiente católico lisboeta [3], a escolha do novo prelado para a mais alta dignidade da hierarquia portuguesa corresponde a uma mudança geracional que é equacionada pela diplomacia romana tendo em conta o processo de renovação e unidade da Igreja de Lisboa, a par do contexto político do ocaso da primavera marcelista. [4]

Não obstante a ambiguidade do novo patriarca face à Guerra Colonial – apesar das homilias no dia da paz e do melindre institucional resultante do episódio da Capela do Rato [5]– a proximidade de António Ribeiro a algumas das figuras do reformismo católico e a sua posição na defesa da autonomia da Igreja, das liberdades públicas e da pluralidade política dos católicos, explanadas por ocasião da Carta Pastoral do Episcopado pelo 10º aniversário da *Pacem in Terris* [6], converge para aquilo que seria um lento processo de distanciamento da Igreja face ao regime do Estado Novo.

Na viragem de 1973, tomando pulso a uma dialética de mudança que a breve trecho se cruzaria com a dinâmica da ruptura, o cardeal-patriarca acusava já a «tentação revolucionária» daqueles para quem «já não se lhes afigura possível um resgate» da organização social instituída. Para o patriarca Ribeiro a «exigência de renovação» não se deveria operacionalizar mediante a prática revolucionária e, com ela, a «sublevação inteira dos padrões de civilização e das estruturas económicas, sociais e políticas» [7]. Mas, antes, ser ponderada como «uma exigência imperativa de diálogo e de reconciliação fraterna» através do compromisso comum para a

construção de uma nova ordem social, investindo num processo de «renovação progressiva». [8] Não foi isso que aconteceu.

### **O 25 de Abril de 1974, um abalo telúrico**

O «abalo telúrico» [9] do 25 de Abril de 1974 apanhou desprevenido o cardeal Ribeiro, que à data se encontrava fora de Lisboa. Reunido em Fátima na assembleia plenária da Conferência Episcopal, o cardeal-patriarca e os restantes bispos decidem suspender os trabalhos em mãos a fim de regressar às suas dioceses, não sem antes emitir o voto desejando que «tais acontecimentos contribuam para o bem da sociedade portuguesa» [10]. À margem desse documento, por iniciativa de D. António Ribeiro [11], o conselho permanente da Conferência Episcopal faz publicar o pronunciamento formal dos bispos autenticando o apoio ao projecto de democratização iniciado, na *Nota Pastoral a propósito dos acontecimentos do 25 de Abril*, emitida a 4 de Maio [12].

Porém, é na homilia da peregrinação do 13 de Maio seguinte que o cardeal-patriarca de Lisboa confirma de viva voz a posição do Episcopado face à situação política. Diante dos fiéis reunidos na Cova da Iria, o cardeal Ribeiro manifesta o acatamento da Igreja portuguesa ao novo regime e aproveita a ocasião para renovar a consagração o país ao Imaculado Coração.

Nessa homilia, não escamoteando as responsabilidades da Igreja no «momento actual», o purpurado português faz uma avaliação da «renovação da vida portuguesa» em vista à «reconciliação fraterna», sublinhando que a Igreja partilhava «as esperanças e as angústias, as alegrias e as penas, as certezas e as interrogações» dos portugueses no processo de renovação das instituições. [13] Ainda assim, ao advertir que não competiria à Igreja «propor modelos concretos e soluções técnicas de estruturação da vida social», o prelado não deixa de alertar que nenhuma ordem social em projecto poderia subsistir «sobre pilares antagónicos aos que o pensamento social da Igreja propõe». E esclarece:

*«A nova ordem social terá de assentar na verdade e na justiça, na liberdade e no amor e na paz. [...] Com todos os homens de boa vontade, os cristãos são pregoeiros e artífices de um mundo novo, sempre voltado para o futuro, onde a mentira seja abolida, onde a injustiça não tenha foros de cidadania, onde a recta liberdade de todos possa ser respeitada e vivida, onde o ódio desapareça e a guerra dê lugar à paz e à concórdia fraterna.»* [14]

### **Compromissos institucionais com o novo regime**

De regresso a Lisboa, e em jeito de reconhecimento da legitimidade política saída do levantamento militar do 25 de Abril, o cardeal-patriarca tomará parte nas cerimónias oficiais da institucionalização do regime. Em Maio, multiplicam-se os compromissos institucionais entre Ribeiro e as novas autoridades políticas: no dia 15 está em Queluz na tomada de posse do novo Presidente da República, António de Spínola; a 21 recebe em audiência no Campo de Sant' Ana o primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório, Adelino da Palma Carlos e Mário Soares; a 27 seguinte é recebido em audiência pelo primeiro-ministro Palma Carlos. Em meados de Setembro, depois da queda do I Governo Provisório em Julho, o cardeal-patriarca recebe em audiência o brigadeiro Vasco

Gonçalves, primeiro-ministro do II Governo Provisório. [15]

Pese embora o clima de desconfiança face à generalidade da hierarquia católica, a 16 de Julho de 1974 os bispos publicam a carta pastoral *O contributo dos cristãos para a vida social e política*, pela qual tentam definir o «conceito cristão da democracia». Se neste documento a hierarquia católica valida a pluralidade partidária, não deixam de delinear os critérios e «limites às opções dos cristãos» no quadro ideológico vigente [16]. Isto, ainda que procurassem manter a neutralidade política ao distanciar-se de qualquer forma de legitimação partidária no universo católico. O que era coincidente com o pensamento do patriarca Ribeiro. [17]

Quando ocorre o golpe spinolista de 28 de Setembro – que conduziria ao afastamento de Spínola da Presidência da República – o cardeal-patriarca está em Roma, no Sínodo dos Bispos sobre a Evangelização. [18] Nessa circunstância, interrompe a participação nos trabalhos sinodais e regressa a Lisboa.



Com o Papa Paulo VI: em Setembro de 1974, o cardeal Ribeiro estava a participar no Sínodo dos Bispos sobre a Evangelização, quando se viu obrigado a regressar a Lisboa, na sequência dos acontecimentos de 28 de Setembro e da deposição do então Presidente da República, general Spínola. Foto: Direitos Reservados.

### “Esquemas mais livres e justos”

Passado o primeiro afrontamento pós-revolucionário, Ribeiro descreveria as transformações decorridas da Revolução de Abril como uma oportunidade na qual «os portugueses ensaiam a convivência democrática e procuram esquemas mais livres e mais justos de ordenação da sociedade». Em vista disso, não deixa de convocar o laicado católico para a militância no campo político, ao mesmo tempo que reivindica o carácter revolucionário do cristianismo como dinamismo civilizacional e arquétipo da Revolução a concretizar no país: «Não há revolução mais radical do que a do Evangelho. Este é uma revolução contínua, nunca estabelecida, uma revolução sempre em acto e em projecto». [19] Estas palavras, porém, não teriam qualquer aplicabilidade no quadro da sociabilidade eclesiástica que encabeçava, uma vez que o mesmo bispo desautorizara a lógica de contestação interna face ao poder episcopal e as tentativas de adequação das regras democráticas às estruturas da Igreja Católica. [20]

Na alocução feita aos portugueses na Mensagem de Natal de 1974, D. António lança um apelo colectivo no empenho pela edificação de um «País renovado»:

*«Esta é a hora providencial de emendar o que estava errado, de corrigir os desvios da missão de um povo, de lançar os alicerces de uma nova organização social, onde reinem a verdade, a justiça, a fraternidade, o amor e a paz. [...] É a hora de, com o nosso esforço, e o contributo das nossas ideias e acções, firmarmos um regime verdadeiramente democrático, em que os reais interesses colectivos prevaleçam sobre os egoísmos individuais e sobre o exclusivismo monopolista das facções partidárias.»* [21]

Era o advento do PREC. Os últimos meses de 1974 anunciavam novas «nuvens a

toldar o horizonte», forçando o patriarca António Ribeiro a intervir publicamente prevenindo para o impacte da aceleração do processo revolucionário.

### **Diante da escalada da Revolução**

Como reagirá o cardeal-patriarca ao escalar da Revolução?

A acção de D. António Ribeiro na conjuntura revolucionária do 25 de Abril de 1974 deve ser problematizada a partir da complexificação da vida política e social do Portugal do início dos anos 70. Nesse sentido, o pensamento deste bispo deve ser interpretado em perspectiva no seu contexto e no conjunto do seu magistério, afastando-nos de narrativas apologéticas sempre redutoras do sujeito histórico.

Antes do 25 de Abril, D. António Ribeiro, ao patentear a insuficiência da primavera marcelista, não ignora a necessidade de uma renovação política já sentida em alguns sectores da sociedade portuguesa. Porém, desautorizando a hipótese da ruptura revolucionária como recurso da transformação em causa, o bispo de Lisboa aposta num processo de transição a médio prazo, por meio de uma dinâmica de reforma continuada no interior do regime.

Não obstante, sucedido o golpe militar de Abril, mais que sentenciar o *modus operandi* da Revolução, o cardeal-patriarca investe num método de aproximação institucional com o Estado democrático, aguardando o desenrolar dos acontecimentos políticos a fim de salvaguardar a liberdade da Igreja no novo enquadramento societário. Por essa forma, trocando correspondência confidencial ou desdobrando-se em encontros oficiais com a nova classe política, o patriarca



O cardeal Ribeiro a receber o Papa João Paulo II, na primeira visita deste a Portugal, em Maio de 1982. Imagem extraída de vídeo da RTP

dispõe-se a colaborar no processo de democratização do país, contribuindo para a distensão do clima político e procurando normalizar as relações Igreja-Estado. De perfil reservado e hierático, ao assumir uma postura conciliadora, o jovem patriarca mostra-se receptivo aos propósitos da Revolução posicionando-se estrategicamente como um interlocutor do novo regime no quadro da hierarquia católica.

### **Atenuar conflitos em jogo**

Contudo, acentuado o desvio à esquerda a partir de Março de 1975, D. António Ribeiro redefiniria o seu procedimento face ao Processo Revolucionário Em Curso (PREC). Nesse âmbito, embora sem nunca abandonar uma postura de moderação, o patriarca de Lisboa transitará da anuência para a crítica interventiva ao processo revolucionário, interferindo nos acontecimentos ao tentar atenuar os conflitos em jogo.

Mesmo sem encabeçar manifestações de protesto nas ruas de Lisboa ao longo do “Verão Quente” de 1975, mas antes desempenhando uma atitude diplomática de

bastidores junto dos partidos *moderados* (PS, PPD e CDS), António Ribeiro concorre para a consolidação da base social de apoio contra a *muralha de açode* Vasco Gonçalves, patrocinando a acalmia democrática depois do 25 de Novembro de 1975.

Paradoxalmente, o ambiente conturbado da conjuntura revolucionária de 1974-75 confluí para que o *cardeal da mudança* consolide a sua liderança no conjunto da hierarquia católica portuguesa. Podemos afirmar, portanto, que no seu contexto, tendo em conta a sua personalidade e o modo como se posiciona face aos acontecimentos políticos, António Ribeiro consegue destacar-se como uma figura de transições várias, alcançando um protagonismo institucional que, auto-referenciado ao religioso e nele legitimado, se desenvolveria além do universo da crença.

**PEDRO J. SILVA REI é investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (IHC-Nova FCSH) e colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa; subtítulos da responsabilidade do 7MARGENS;**

#### Notas

- [1] Excerto adaptado: Rei, Pedro Silva, «Liderança e expressões políticas do religioso em Portugal entre a ditadura e a democracia. Ser Patriarca em tempos de ruptura: António Ribeiro (1971-1975)» in *Revista de História das Ideias da FLUC*, Vol. 36, 2ª série, 2018, pp. 221-243.
- [2] Ferreira, António Matos, “Do Concílio à Democracia – D. António Ribeiro, Patriarca de Lisboa” in *Patriarcas de Lisboa*. Lisboa: Atheleia, 2009, pp. 161-177.
- [3] Santos, Paula B., *Igreja Católica, Estado e sociedade, 1968-1975: o caso Rádio Renascença*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.84.
- [4] Fontes, Paulo, “D. António Ribeiro e o Seu tempo (1928-1998)” in *Interações do Estado e das Igrejas: Instituições e Homens*. Lisboa: ICS, 2013, p. 208.
- [5] Almeida, João M., *A oposição católica ao Estado Novo: 1958-1974*. Lisboa, Nelson de Matos, 2008, pp. 263-277.
- [6] *Conferência Episcopal Portuguesa – Documentos pastorais: 1967-1977*. Lisboa: União Gráfica, 1978, pp. 119-123.
- [7] Ribeiro, António, (Mensagem de Natal), 1973.
- [8] Ribeiro, António, (Mensagem de Natal), 1973; (Homilia do Domingo de Ramos), 1974.
- [9] Rosas, Fernando, *Lisboa revolucionária (1908-1975)*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010.
- [10] *Conferência Episcopal Portuguesa – Documentos pastorais: 1967-1977*. Lisboa: União Gráfica, 1978, p. 293.
- [11] Trindade, Manuel de Almeida, *Memórias de um bispo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993, p.319-320.
- [12] *Conferência Episcopal Portuguesa – Documentos pastorais: 1967-1977*. Lisboa: União Gráfica, 1978, pp. 130-131.
- [13] Ribeiro, António, (Homilia da missa na Peregrinação a Fátima) 13 de Maio, 1974.
- [14] Ribeiro, António, (Homilia da missa na Peregrinação a Fátima) 13 de Maio, 1974.
- [15] Leitão, Tereza Clímaco, “A Igreja Católica e os Partidos Democratas-Cristãos na Revolução em Portugal (1974-1975)” in *Interações do Estado e das Igrejas: Instituições e Homens*, Lisboa, ICS, 2013, p. 161.
- [16] *Conferência Episcopal Portuguesa – Documentos pastorais: 1967-1977*. Lisboa: União Gráfica, 1978, pp. 132-156.
- [17] Ferreira, *op.cit.*, pp. 172.
- [18] Ferreira, *op.cit.*, pp. 172-173.
- [19] Ribeiro, António, (Homilia da missa do dia de Natal), 25 de Dezembro de 1974.
- [20] Ribeiro, António, (Mensagem na Inauguração da 6ª Reunião do Conselho Presbiteral), 8 Março de 1972; (Entrevista Rádio Vaticana), 12 Março de 1973; (Entrevista ao *Le Figaro*), 4 Abril de 1975.
- [21] Ribeiro, António, (Mensagem de Natal) Dezembro de 1974.

<https://setemargens.com/author/pedro-j-silva-rei/> (24-04-2019)